

ZFM E MODELOS ALTERNATIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO AMAZONAS

Prof. Dr. João Ricardo Bessa Freire (1)

A Zona Franca de Manaus, criada na década de 1960 pelo Decreto Lei 288/67, para desenvolver a Amazônia Ocidental, **é hoje um modelo em processo de falência**. Passados cinco décadas, **ela não atingiu o objetivo** ao qual se propôs: Potencializar o progresso econômico e social da Região, promover o desenvolvimento equitativo do Estado, diminuir as desigualdades econômicas e sociais entre a Capital e o Interior, fixar as populações na Zona Rural e estabelecer um processo de ocupação dos vazios demográficos da Região, de modo a garantir maior eficácia na implementação do projeto de Segurança Nacional perseguido pelo Governo militar que se instalou no Brasil em 1964.

Depois de mais de 50 anos de existência, o saldo mais evidente foi justamente o contrário: **O aumento das desigualdades sociais, econômicas e ambientais entre a Capital e o Interior do Estado**. O efeito mais latente ocorreu na transformação urbana de Manaus, resultante do maior processo de mutações demográficas já vista no País. A capital Amazonense, no período de vigência da Zona Franca, saltou de uma população aproximada de 250 mil habitantes em 1968, para 2.130.264 habitantes (IBGE, 2017). Assim, Manaus intumescceu, enquanto o interior esvaziou-se, com alguns municípios do Amazonas e do Pará estagnando (ou até diminuindo) suas populações. Hoje, somente para se ter uma idéia, a Capital amazonense abriga uma

colônia de mais de 400 mil paraenses oriundos do interior do Estado vizinho.

Esse contingente populacional, atraído pela oferta de emprego do Parque Industrial de Manaus (PIM) e expulsa dos seus locais de origem pelas condições econômicas e sociais precárias, acabou engrossando os bolsões de favelas e submoradias que se instalaram na periferia de Manaus, provocando o surgimento, neste período da vigência de Zona Franca, de mais de 100 bairros desprovidos de saneamento, escolas, postos de saúde e asfalto.

De par com essa realidade as famílias, cujos membros não lograram níveis de formação qualificada, acabaram sendo empurrados para o exercício da economia informal, para a degeneração social, para a delinquência e prostituição. Ou seja, Manaus cresceu de forma desordenada e desigual, configurando uma feição urbana das mais contraditórias. Desse modo, vimos surgir duas Manaus dentro de uma única Cidade. Esse processo gerou uma explosão do “boom imobiliário” em Manaus o qual, em um fluxo temporal sem precedentes, impôs à Cidade um crescente número de “espigões” que hoje configuram os chamados “bairros nobres” como Adrianópolis, Vieiralves, Ponta Negra, entre outros. Esses bairros e edifícios surgiram numa velocidade extremamente rápida e, por falta de uma legislação urbana adequada, acabaram por receber o “habite-se” para ocupação, sem reunir as mínimas condições infraestruturais de estação de tratamento de esgoto (ETE), com os seus dejetos sendo lançados nos igarapés, causando um grande problema de natureza ambiental.

Assim, os balneários que, na década de 50, serviam de entretenimento e lazer à população manauara, transformaram-se em verdadeiros córregos de águas infectas, agravando os problemas de

saúde da população. Casos bastantes sugestivos é o balneário do Parque 10, do Mindú, do Tarumã, da Ponta Negra, da Ponte da Bolívia e outros mais.

Além desse problema ambiental, observa-se outro de igual gravidade: O lixo urbano produzido em Manaus, em grande parte, é lançado a toneladas nos igarapés que cortam a Cidade, como no caso do Igarapé do 40, do São Jorge, da Compensa, de São Vicente, etc. Esta situação é agravada em razão da inexistência de uma política pública adequada para a coleta do lixo: **Falta coletores nas ruas, falta orientação correta para a destinação dos resíduos e falta uma política educativa para orientar a população**, cujo hábito trazido de suas origens interioranas é de “jogar o lixo no mato” ou no rio. Vale salientar que o lixo produzido na Zona Rural na década de 60 e jogado no mato ou no rio era basicamente de composição orgânica (resto de comida, cascas de frutas, etc) de fácil consumo pelos peixes, porcos e galinhas. Hoje, verifica-se que as pessoas que migraram para Manaus continuam com o mesmo hábito de jogar o lixo no mato, com a diferença que o mato foi substituído pelo asfalto e que o lixo urbano é essencialmente inorgânico (latas, garrafas, plásticos, metais, etc). Assim, a Cidade cresceu, mas os hábitos se mantiveram. Por outro lado, Manaus se recente da ausência de uma política de coleta seletiva e reciclagem dos seus resíduos, perdendo milhões de reais a cada ano, aterrando ou jogando nos igarapés o lixo que produz, ao invés de reciclá-lo.

NATUREZA DA PRODUÇÃO DO PIM

A partir da implantação do Distrito Industrial de Manaus, a economia do Amazonas passou a priorizar a produção industrial em detrimento das atividades extrativistas praticadas secularmente no

Estado. A princípio, são instalados os polos de duas rodas (motocicletas e bicicletas), ótico e eletroeletrônico. Todas as fábricas integrantes desses polos tiveram a configuração de indústrias de montagem. Isto significa que a produção de bens do D.I. não agregou nenhuma matéria prima regional, submetendo-se à Nova Divisão Internacional do Trabalho, limitando-se à condição de mero produtor de bens finais, ou seja, indústrias de montagem.

Do ponto de vista geopolítico, a feição assumida pela produção do PIM, pela condição de dependência de insumos oriundos das matrizes, colocou a economia do Amazonas em situação vulnerável e sujeita à flutuação de crises conjunturais do capitalismo internacional ou de instabilidade de movimentos sindicais nos países produtores de matéria prima. Nesse sentido, uma ocasional greve de trabalhadores na fábrica da Moto Honda no Japão comprometerá a produção de motocicletas no Distrito Industrial e forçará uma paralisação extra-sindical na montadora amazonense, por falta de insumos.

O mais grave é que uma eventual crise internacional do capitalismo poderá gerar efeitos catastróficos sobre a economia do Amazonas. Com uma simples teclada no computador, investidores estrangeiros poderão transferir o capital de suas empresas para os seus países de origem, quebrando a economia do Amazonas e produzindo uma catástrofe social superior a ocorrida no final do século XIX e início do século XX, com o declínio da produção da borracha .

Com a fuga de investimentos de capitais da Zona Franca de Manaus, só nos restará os galpões vazios, o desemprego em massa e, conseqüentemente, o aumento da miséria, da fome, da prostituição e da criminalidade.

O QUE FAZER, ENTÃO?

Diante do exposto, fica evidenciado que o modelo econômico do PIM é pífio e não se sustenta em razão do seu caráter monoprodutivo industrial de montagem que, em virtude da sua própria natureza, não constitui modelo agregador de matéria prima regional. A saída para se evitar o caos econômico no Estado impõe a diversificação da produção de bens que leve em conta o potencial da biodiversidade amazônica. Para tanto, urge a necessidade de se estabelecer um planejamento global da economia do Estado, a partir de um estudo rigoroso do seu potencial natural, de modo a se identificar e se priorizar o uso de matéria prima disponível na sua rica biodiversidade.

A identificação e catalogação desses recursos naturais, no entanto, não pode prescindir do trabalho de investigação da Universidade Federal do Amazonas e de outras instituições de pesquisa da Região, as quais deverão priorizar a temática Amazônica, de modo a resolver os problemas concretos que têm entravado o desenvolvimento do Estado.

Qualquer proposta para o desenvolvimento do Amazonas que contemple esta perspectiva, deverá ser precedida de um estudo prévio da realidade de cada um dos seus 62 municípios, de modo a oferecer elementos para a elaboração de um diagnóstico socioeconômico global do Estado. Este estudo deverá ser conduzido a partir de uma pesquisa de campo elaborada com base na taxionomia usada pela ONU para a identificação dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH's) das cidades de todo o Mundo. Os dados obtidos por essa pesquisa serão cruzados com estudos do IBGE referentes as condições de vida das populações dos municípios amazonenses, sobretudo no que se refere a distribuição de renda, nível educacional, situação ocupacional, mortalidade infantil,

natalidade, saúde, saneamento básico e condições de moradia. De par com esses estudos, se propõe a elaboração de um diagnóstico do potencial dos recursos naturais de cada município, com o intuito de se construir um mapa atualizado da exclusão social no Estado do Amazonas.

A partir da conclusão do diagnóstico proposto, se sugere a composição de um **Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional Autosustentável**, cuja sigla, **PEDRAS**, passa a incorporar um sentido semântico de construção de novos cenários sociais e econômicos no Estado.

Se tomarmos como exemplo o Município de São Gabriel da Cachoeira, onde alguns estudos produzidos e divulgados pelo CPRM e Projeto RADAM revelaram a presença de grande variedade de recursos minerais, se observa a existência de condições bastante favoráveis para a instalação de um mini distrito industrial de cooperativas capaz de fomentar o desenvolvimento econômico naquela Região, cuja concretização contribuirá de forma decisiva e significativa para a redução dos elevados índices de suicídio que ocorrem no seio das comunidades indígenas em razão do desemprego e da falta de perspectiva que têm corroborado para o uso crescente de drogas e de bebidas alcoólicas.

O mini distrito de cooperativas, cujo nome **“Nipe’tirã Wahpata’sé”** na linguagem tucana significa **“todos ganham”**, em sua propositura inicial será constituído de 14 pequenas fábricas de produção de bens de transformação de matéria prima regional e deverá fomentar mais de 1500 empregos diretos e 300 indiretos.

As unidades fabris instaladas no mini distrito terão formato de galpões na medida de 20,00 m X 30,00 m (ver planta baixa em anexo) e obedecerão os traçados arquitetônicos internos de acordo com as

exigências técnicas impostas pela natureza específica de cada setor produtivo. Esses galpões abrigarão, a princípio, a sede da Federação das Cooperativas e mais 14 fábricas voltadas para a produção dos seguintes bens:

- 1- Fabricação de blocos de granito para calçamento de ruas, praças e estacionamentos;
- 2- Extração e beneficiamento de madeira;
- 3- Extração de óleos vegetais e fabricação de medicamentos fitoterápicos;
- 4- Produção de Vassouras de piaçava;
- 5- Produção de Palmito de Açaí;
- 6- Produção de paté de pupunha e tucumã;
- 7- Fabricação e embalagem de farinha de mandioca em garrafa pet;
- 8- Fabricação e embalagem de pimenta (em molho e em pó);
- 9- Criação, beneficiamento e embalagem de peixe;
- 10- Extração e beneficiamento de ouro, metais preciosos, gemas e diamantes;
- 11- Extração de minérios de nióbio e tântalo;
- 12- Extração e lapidação de granito;
- 13- Produção de poupas, doces e geléias de fruta (açaí, buriti, etc.);
- 14- Produção de sucos de frutas.

Sugerimos que o modelo de cooperativas aglutinadas em um mini distrito produtivo, tal qual aqui proposto, poderá ser reproduzido em outros municípios do Estado, resguardando as suas vocações naturais.

A partir da identificação dos recursos vocacionais dos municípios do Amazonas, a UFAM, e outras entidades congêneres de pesquisa, deverão implantar novos cursos em seus *campi*, com o objetivo de

preparar recursos humanos capazes de produzir conhecimentos voltados para a produção de bens materiais que agreguem matéria prima disponíveis na nossa biodiversidade.

No caso de São Gabriel da Cachoeira, por exemplo, se recomenda a implantação de Cursos de Engenharia de Prospecção de Minérios (numa perspectiva autossustentável), Engenharia Fluvial, Turismo de Selva, Exploração e lapidação de granito, Produção de Medicamentos Fitoterápicos, entre outros relacionados à biodiversidade e à sociodiversidade presentes naquele Município. A criação de um Curso de bioquímica que investigue a fauna e a flora amazonense e estabeleça a interrelação entre o saber empírico indígena e o saber científico produzido na academia, poderá fomentar a produção de conhecimentos mais avançados e preparar mão de obra capacitada para subsidiar a implantação de um polo de cosméticos e de medicamentos fitoterápicos tanto naquele Município quanto no Distrito Industrial de Manaus.

Cursos como Engenharia de Várzea, Psicultura e Engenharia de Alimentos, além de outros voltados para a produção de bens agroindustriais, também poderão ser considerados enquanto propostas eficientes para a diversificação da economia do Estado.

Caberia ao Município de Itacoatiara, que emerge como polo madeireiro e concentra uma significativa produção moveleira, receber cursos da UFAM na área de designer de móveis, por exemplo. Humaitá, com a implantação de dois portos de grande calado, deverá tornar-se centro de embarque de grãos de soja e deveria implantar cursos voltados para esta atividade. Esses são exemplos do potencial de alguns dos municípios do Amazonas. Faz-se necessário um estudo aprofundado dos recursos específicos de cada região do Estado, de modo a se estabelecer um planejamento econômico global capaz de

reverter a situação de desigualdade hoje existente entre a capital e o interior. Esta situação de desequilíbrio da economia e da distribuição de investimentos revela que a solução para os problemas hoje enfrentados pela Capital só poderá ocorrer nos marcos de uma política de desenvolvimento regional, tanto a nível econômico quanto social e tecnológico, com a participação integrada da Universidade Federal do Amazonas com outros órgãos de pesquisa da Região.

AS AÇÕES SOCIAIS DAS EMPRESAS DO PIM E A CONFIANÇA COMO RECURSO MORAL.

No que pese a crítica estabelecida ao modelo da Zona Franca de Manaus, não se pode deixar de ressaltar que, no contexto em que ela foi criada, ocorreram avanços para a Cidade, concernentes ao surgimento e modernização da sua infraestrutura urbana, instalação e manutenção de centros comunitários (igrejas, escolas, centros sociais, parques, hospitais, etc.) propiciada pela arrecadação tributária. O exemplo mais significativo foi a instalação da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), cujo financiamento emergiu da receita do Parque Industrial de Manaus.

Diante de todo o exposto, o que se defende não é a destruição da Zona Franca de Manaus, mas a transformação do modelo econômico de monocultura prevalecente, cuja fragilidade já destacada, impõe uma insegurança em vários aspectos (jurídico, financeiro e social), não apenas para a comunidade local, mas para os que para cá vieram, para as empresas que projetam investir e aqui se instalar, assim como as que aqui estão em função de outras das quais são suppliers.

De um lado se vislumbra que a diversificação da economia do Estado promoverá uma melhor distribuição de renda além de

reduzir a dependência relativa ao PIM, tornando-a mais robusta e menos vulnerável às alternâncias de humores que ocorrem nesse cenário. A volatilidade dos investimentos na economia evidenciada pela falta de compromisso com o seu setor primário, no que tange ser de fato “indústria de transformação” que agrega valor ao produto, com investimentos que reduzam a instabilidade.

Por outro lado as empresas se ressentem da inexistência de um referencial teórico sistemático referente a como adquirir, manter e desenvolver o valor intangível, porém de imensa importância para a empresa, que é o capital confiança.

A ética empresarial pode contribuir para o preenchimento desse vazio teórico. A confiança como elemento moral da empresa, sem o qual se torna impossível explicar o seu sentido ou a sua função social e econômica.

A confiança constitui premissa básica para por em vigor as relações sociais, pois, como capacidade de prognosticar, é capaz de responder à vulnerabilidade que distingue os seres humanos diante do comportamento futuro dos fatos, das pessoas e das instituições. Ter o rótulo de confiável aumenta as perspectivas de agregar valor e obter ganhos futuros nas relações que se estabelecem. A reputação de cumpridor dos compromissos, de confiável, como pressuposto básico na ação social.

Não se trata apenas de um sentimento subjetivo, nem uma análise meramente emotiva. Não teria sentido largar a confiança no campo discricionário, sujeitando-a à arbitrariedade e à falta de lógica. A confiança necessita de razões que a fundamentem. Confiar ou não, está diretamente ligado às razões que temos para tal. Essas razões podem ser teóricas (mundo natural ou técnico), ou razões morais (mundo normativo).

Os benefícios/incentivos canalizados para as indústrias que se instalam no PIM poderiam ser revestidos de exigências de contrapartidas no sentido da assunção de compromissos de fortalecer o vínculo empresa-comunidade, priorizando o desenvolvimento dos potenciais locais para a promoção do seu desenvolvimento.

Nesse sentido, torna-se oportuno que, a exemplo do que ocorreu em relação ao repasse dos percentuais de lucro para o financiamento da UEA, a Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas aprove também projeto de Lei destinando percentuais dos lucros das empresas do PIM para a implantação dos micros distritos cooperativos no interior.

Convém salientar que esta proposta, que aqui apresentamos, tem caráter provisório e deverá servir de ponto de partida para o aprofundamento das discussões acerca da necessidade de se repensar novas alternativas para o desenvolvimento do Amazonas numa perspectiva sustentável e consistente. O Fórum de Desenvolvimento do Amazonas, criado pela Pró-Reitoria da UFAM, pode e deve constituir-se como um caminho para viabilizar este processo.

(Texto a ser apresentado no Seminário do Fórum para o Desenvolvimento do Amazonas, em sessão ordinária do dia 08/03/2018).

(1) O proponente é Historiador, mestre em Ciência Política e doutor em História. Atualmente é Pró-Reitor de Extensão da UFAM.